

09 dez 2020 / 08:57

## Professores elegem aposentação, carreira, concursos e combate à municipalização como prioridades reivindicativas

O tempo é de pandemia, mas a vida não se esgota na situação epidemiológica. Como resultou claro da primeira parte desta consulta, os professores estão preocupados com a insuficiente segurança sanitária que sentem existir nas escolas, principalmente pelo facto de continuarem a não ser feitos testes, mesmo quando são detetados casos de infeção, para além, claro, de outras medidas que, sendo recomendadas, não são observadas nas escolas, como, em muitas delas, o distanciamento físico.

Mas os professores – conscientes de que a construção de um sistema educativo de qualidade é indissociável da valorização social e material da profissão docente – não abdicam dos seus direitos e da melhoria das suas condições de trabalho e manifestaram, nesta consulta, uma inequívoca vontade de os salvaguardar, deixando muito evidente, quais são as suas principais reivindicações e que, para as concretizar, **face ao bloqueio negocial imposto pelo Ministério da Educação, se torna necessário que a luta prossiga sem adiamentos**. Essa é a opinião de 88,3% dos milhares de docentes que participaram na consulta.

**A incapacidade dos responsáveis do ME para dialogar e negociar está na origem do agravamento de problemas** como o envelhecimento, a sobrecarga de horário e de trabalho e o desgaste daí resultante, a precariedade ou todas as injustiças que marcam o atual estado da carreira docente, tudo isto **contribuindo para que a profissão perca atratividade**, os jovens se afastem dela e já se sinta uma significativa falta de professores em várias regiões do país.

Através desta consulta, os professores esclarecem quais são as suas **prioridades reivindicativas**: aposentação (e, também, pré-reforma), regularização da carreira, concursos justos e promotores de estabilidade, horários pedagogicamente adequados, democratização da gestão escolar, combate à municipalização da Educação. As respostas são esclarecedoras:

### • No que respeita à carreira docente

- **Não podemos esquecer que ainda estão por resolver problemas (tempo de serviço; vagas; ultrapassagens)- 96,9%**
- Devemos aceitá-la tal como está- 2,7%
- Devemos aceitar a imposição de novos cortes e/ou congelamentos- 0,4%

### • O regime de vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões

- **Deverá ser eliminado- 87,1%**
- Deve manter-se tal como está- 1,2%
- Deve manter-se, embora com maior número de vagas- 11,7%

### • Relativamente à aposentação

- **Urge a consagração de um regime específico que permita a aposentação mais cedo- 98,2%**
- O tempo de serviço e a idade são os adequados- 1,4%
- Não me importarei se tiver de ficar ainda mais alguns anos ao serviço do que os atualmente fixados- 0,4%

### • Se houver um regime de pré-reforma

- **Aproveitarei para sair se as condições permitirem uma aposentação sem qualquer corte- 54,0%**
- **Poderei aproveitá-lo se as condições não forem muito penalizadoras- 35,1%**
- Não penso nisso e só sairei quando reunir os requisitos legais em vigor- 10,9%

### • Concursos de professores

- Poderão ser os diretores a selecionar os professores, com ou sem entrevista- 2,6%
- **Deverão ter carácter nacional e respeitar a graduação profissional dos candidatos- 95,7%**
- É-me indiferente o regime que se aplicar- 1,7%

### • Ingresso nos quadros

- Deverá decorrer, exclusivamente, da aplicação da norma-travão- 6,0%
- **Sempre que um docente complete 3 anos de serviço para o ME- 73,0%**
- Deverá ocorrer, qualquer que seja o requisito exigido, apenas quando o docente manifestar interesse- 21,0%

### • Os horários de trabalho

- São adequados à atividade docente- 10,3%
- **São desajustados, por motivo de serem integradas atividades letivas na componente não letiva- 25,0%**
- **São desajustados, por se ultrapassar a duração do horário semanal legalmente fixada (35 horas), seja pelo motivo referido no item anterior ou por outro(s)- 64,7%**

● **A transferência de competências para os municípios (municipalização)**

- Permitirá resolver problemas que, de outro modo, não teriam solução- 3,4%
- **É negativa porque abre portas à ingerência na vida das escolas, à privatização e provocará ainda maiores assimetrias- 93,2%**
- É-me indiferente- 3,4%

● **O atual modelo de gestão e direção das escolas**

- É adequado à vida das escolas- 12,6%
- **Deveria ser alterado, no sentido da sua democratização- 83,2%**
- Deveria ser alterado, no sentido de reforçar o poder dos diretores- 4,2%

O Secretariado Nacional

---

**INFORMAÇÃO TÉCNICA DO ESTUDO**

- **5218 respostas validadas**, recolhidas em plataforma eletrónica, entre 13 e 25 de novembro de 2020, junto de professores e educadores do continente. Respostas validadas provenientes de **todos os distritos** no seguinte número: Lisboa- 866; Porto- 649; Faro- 619; Braga- 528; Aveiro- 407; Viseu- 366; Setúbal- 301; Coimbra- 292; Leiria- 248; Castelo Branco- 229; Guarda- 158; Évora- 124; Santarém- 115; Vila Real- 72; Portalegre- 63; Beja- 60; Bragança- 55; Viana do Castelo- 54.

Por **níveis e graus de ensino** é respeitada a proporção real, verificando-se: Educação Pré-escolar- 7,9%; 1.º Ciclo- 20,5%; 2.º e 3.º Ciclos / Ensino Secundário- 71,6%. Deste total de docentes, 4,4% encontra-se na Educação Especial. Também em relação à situação profissional, a relação é próxima da realidade: QA/QE- 74%; QZP- 14,8%; Contratado/a- 11,2%.

Por último, a **situação sindical** contempla todas as situações existentes: Sindicalizado em Sindicato da FENPROF- 67,5%; Sindicalizado em outras organizações- 10,9%; Não sindicalizado- 21,6%.